



## EDITORIAL

DOI: 10.17058/barbaroi.v1i60.17233

Apresentamos o número 60 (Edição de 2021/2) da Revista BARBARÓI, vinculada ao Departamento de Ciências, Humanidades e Educação, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). A Revista BARBARÓI constitui um espaço editorial das Ciências Humanas e Sociais, das Ciências da Saúde e da Filosofia. Tem compromissos com a reflexão teórica e atualizada de temas de interesse que se cruzam nas áreas da Filosofia, da Psicologia, da Enfermagem, do Serviço Social, da Antropologia, da Sociologia, da Ciência Política, do Planejamento Urbano, da Demografia e do Desenvolvimento Regional. Nesse sentido, a BARBAROI promove o debate interdisciplinar, com intuito de contribuir para o desenvolvimento dos saberes, publicando resultados de pesquisas, ensaios, revisões bibliográficas, relatos de experiências, nas áreas de conhecimento indicadas.

Nesta sexagésima edição, colaboraram pesquisadores de diferentes áreas de saber. São doze artigos que apresentam análises e reflexões de autores/as vinculados/as às áreas da educação, da antropologia, da psicologia, da geografia, do direito, do serviço social, da saúde.

Os dois primeiros artigos abordam questões relacionadas à pandemia da COVID-19. O primeiro, *Pandemia e Território: observando a expansão e difusão territorial da COVID-19 na região do Vale do Rio Pardo – RS*, escrito por **Rogério Leandro Lima da Silveira**, **Vinicius de Camargo Machado**, **Silvio Cezar Arend** e **Helena de Moura Vogt**, apresenta dados acerca da difusão da pandemia da COVID-19 na região do Vale do Rio Pardo, localizada na zona centro-oriental do Rio Grande do Sul. Os autores demonstram que a difusão da pandemia seguiu a estrutura e funcionamento da rede urbana regional, com uma

concentração de casos e de óbitos nas maiores cidades da região. O segundo, *Impactos da pandemia COVID-19 nos casos de violência doméstica contra mulheres*, escrito por **Vanoélia Mendes Vasconcelos**, **Beatriz Alves Viana** e **Isabela Cedro Farias**, apresenta uma revisão integrativa de literatura sobre mulheres vítimas de violência doméstica no contexto do isolamento social causado pela pandemia da COVID-19. De acordo com as autoras, o contexto da pandemia ressaltou ainda mais a importância “do acesso e da aplicabilidade das Políticas Públicas no combate à violência doméstica contra a mulher, principalmente durante as crises de saúde pública”.

Na sequência, no artigo *O Neodesenvolvimentismo e as políticas sociais no Brasil: estratégias da financeirização do capital em busca da redução das contradições sociais*, **Renata Maldonado da Silva** analisa o “modelo político socioeconômico adotado pelo governo do Partido dos Trabalhadores”. Argumenta que a designação que foi atribuída àquele modelo político socioeconômico, “neodesenvolvimentismo”, tornou-se uma “construção estratégica do governo PT para se diferenciar ao governo FHC e do projeto neoliberal”, ainda que seus “eixos centrais” não tenham se diferenciado do alinhamento ao capital internacional, já presente durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Nessa direção, no campo das políticas sociais, embora o projeto ‘neodesenvolvimentista’ tenha difundido “a ideia de que a ampliação das políticas sociais [...] contribuiria na redução da pobreza”, o que se observou foi o “caráter focalizado” das políticas sociais, “mantendo a continuidade da premissa neoliberal de não universalização dos direitos conquistados pela classe trabalhadora e presentes na Constituição Federal de 1988”.

**Leonice Maria Wille Catto** e **Elton Luiz Nardi**, no artigo *O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na perspectiva do direito humano à alimentação*, analisam “as condições de implementação do PNAE em escolas públicas de educação básica do Oeste catarinense, quanto à efetivação do acesso de forma igualitária e ao respeito às diferenças biológicas e condições de saúde dos estudantes, na perspectiva do direito humano à alimentação adequada”. A partir da pesquisa realizada, os autores argumentam que “quanto ao respeito às diferenças biológicas e condições de saúde dos estudantes, são parciais as condições de implementação do PNAE em escolas públicas de educação básica da mesorregião, embora afirmada a efetivação do acesso de forma igualitária à alimentação viabilizada pelo Programa”.

No artigo *Trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil: práticas de garantia de direitos a partir de um marco regulatório neoliberal*, **Laura Souza Fonseca**, **Estela Scheinvar** e **Flávia Cristina Silveira Lemos** analisam as “referências sócio-políticas presentes na emergência do Estatuto da Criança e do Adolescente e seus efeitos nas práticas de garantia de direitos”. A partir da análise do percurso histórico e político da formulação da lei, destacando a “presença do pensamento neoliberal, como organizado pelo UNICEF com seu trabalho de articulação dos movimentos e das propostas que compõem o ECA”, as autoras assinalam o “paradoxo trazido pela execução da política de garantia de direitos sustentada em parcerias público-privadas, sob a lógica e os princípios das múltiplas faces do privado”.

Na sequência, **Rayssa Becchi dos Santos** e **Michele da Rocha Cervo**, em *Gotas e comprimidos: sobre o sofrimento infantil e o uso de medicação*, destacam que a “medicalização é um fenômeno que transforma questões sociais em problemas de origem médica, tendo a medicação como uma das principais características desse processo”. A partir desse pressuposto, as autoras analisam a experiência do uso de medicamentos em crianças, inseridas na rede de educação básica de um município no interior do Paraná. Ao final concluem que “a medicação é vista como única terapêutica, e que não se considera questões sociais para avaliar o problema. No diagnóstico, o médico faz a prescrição e a família deve seguir, mesmo sem compreender”.

**Eliseu de Oliveira Cunha** e **Maria Virgínia Machado Dazzani**, no artigo *Envolvimento com o crime: principais fatores de risco e modelos teórico-explicativos*, indicam que “a criminalidade figura entre as maiores preocupações da sociedade contemporânea, que tem ficado cada vez mais apreensiva com a crescente insegurança que a circunda”. Compartilhando com essa preocupação, os autores discutem “alguns dos principais fenômenos que têm sido apontados pela literatura como fatores de risco para o envolvimento de indivíduos com o crime, nas esferas microsocial, macrossocial e psíquica, bem como alguns dentre os mais aceitos modelos teórico-explicativos desse fenômeno”. Como conclusão, os autores destacam a “multideterminação do envolvimento criminal, subjacente ao qual há uma constelação de fatores que atuam em rede e interagem dinamicamente entre si, arranjando-se de forma personalizada e singular em cada trajetória infracional”.

**Ygor Delgado Alves**, no artigo *Necropolítica, drogas e ações governamentais na Cracolândia*, aponta que a “Cracolândia foi sujeita a necropolítica desde ao menos o ano de

1997” e se pergunta: “como ações de pouco ou nenhum êxito puderam se prolongar por quase duas décadas, sem que correções significativas de rumo fossem adotadas”? Considerando artigos publicados na mídia, mas também trabalhos acadêmicos, o autor se utiliza do conceito de necropolítica, com o objetivo de “lançar um olhar diferenciado sobre as sucessivas ações do poder público sobre a Cracolândia”.

No artigo *O controle social no campo da saúde do trabalhador e da trabalhadora*, **Patricia Sabina Marafon, Márcia Luíza Pit Dal Magro, Maria Elisabeth Kleba e Dunia Comerlatto** propõe uma análise sobre “os instrumentos e mecanismos de gestão para o controle social no campo da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora”. A partir de pesquisa realizada, as autoras evidenciam os principais instrumentos que compõe o ordenamento legal da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora (CISTT), mas, também, os principais mecanismos que compreendem espaços de participação social no campo da gestão da saúde pública.

**Tereza Cecília Costa do Nascimento e Marley Rosana Melo de Araújo**, no artigo *Levantamento sistemático dos estudos desenvolvidos sobre precarização do trabalho no Brasil*, destacam que a “precarização do trabalho revela-se uma tendência contemporânea”, o que torna a compreensão dos efeitos desse processo de grande importância “para a proposição de ações capazes de reverter a progressiva deterioração dos direitos e garantias indispensáveis à saúde e bem-estar dos trabalhadores”. Com essas preocupações, as autoras consideram artigos publicados sobre a precarização do trabalho no Brasil, entre os anos de 2005 e 2015, em duas bases de dados (*Scielo e Pepsic*), com o objetivo de “identificar tendências e lacunas para a elaboração de uma agenda de pesquisa que estimule os pesquisadores”. Os trabalhos foram agrupados em três categorias: (1) caracterização de contextos laborais precários; (2) efeitos psicossociais da precarização; e (3) análise das transformações ocorridas no mundo do trabalho propiciadoras de precarização. E as apreciações realizadas apontaram perspectivas de estudos sobre o tema precarização do trabalho capazes de alargar a compreensão do fenômeno e seus impactos sobre o indivíduo enquanto ser psicossocial.

No artigo *Patrimônio cultural, identidade social e poder: um estudo de caso da Estação Ferroviária Leopoldina, em Argolas, Vila Velha – ES*, **André Filipe Pereira Reid dos Santos, Mykaella Alvarinho Lopes e Gabriela Lacerda Andrade da Silva**, analisam a contribuição dos patrimônios culturais e da antropologia urbana na compreensão da formação

da memória social e apresentam um estudo de caso sobre a Estação Ferroviária de Leopoldina, localizada no município de Argolas, estado do Espírito Santo. Ao final, os autores destacam que, “na prática, ainda há um longo caminho a ser percorrido na preservação patrimonial. Compreender a importância de se proteger a cultura e a memória social de um povo é o principal desafio. Para concretizar a efetiva proteção deve haver verdadeiro interesse das autoridades, por meio da articulação e discussão de novas ações e da realização prática das já existentes”.

E, por fim, em *Medidas socioeducativas e protagonismo juvenil – cenas de (des) encontros e produção de desejo*, escrito por **Maria Regina Langone Noya**, relata sua experiência de estágio profissionalizante no campo da Psicologia. Durante o estágio, a autora se preocupou com “os múltiplos processos de exclusão social” que estão presentes nas experiências de adolescentes que estão em condição de liberdade assistida. No trabalho realizado, como indica a autora, “foram construídas e analisadas quatro cenas de encontros com adolescentes em cumprimento” de medidas socioeducativas”. E as cenas revelaram “suas vulnerabilidades, como se utilizam do poder para serem olhados e constroem suas identidades, numa cultura do consumo e da fragilidade da produção cultural”. Ao mesmo tempo, a autora enfatiza a importância das “intervenções ‘psi’ como dispositivo de construção de sentido e práticas de liberdade” e “da prática da psicologia no âmbito do CREAS, auxiliando os jovens a pensarem sobre e como se tornarem protagonistas de suas próprias histórias”.

Ao final deste Editorial, agradecemos a todos os autores e todas as autoras pela contribuição à Revista BARBARÓI, bem como aos pareceristas e às pareceristas que, sempre de forma generosa, dedicaram tempo em seus trabalhos para a leitura e a avaliação dos artigos. Muito obrigado a todos e a todas.

Reiteramos que a BARBARÓI, a partir de 2021, ainda que vinculada a uma nova unidade acadêmica da UNISC, manteve suas diretrizes de publicação, bem como suas áreas de preferência. E assim deverá seguir em 2022. Portanto, continuaremos com a editoração de uma Revista comprometida com a socialização de pesquisas, de reflexões, de estudos nas áreas da Filosofia, da Saúde, da Psicologia, do Serviço Social, da Antropologia, da Sociologia, da Ciência Política, do Planejamento Urbano, da Demografia, do Desenvolvimento Regional.

E fica o convite, sempre, para que acompanhem nossas publicações e para que continuem colaborando com nossas propostas de editoração. Muito obrigado a todos e a todas e uma boa leitura.

Marco André Cadoná

Editor da BARBARÓI